



A AMAZÔNIA: EXPANSÃO DO CAPITAL E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

José Antônio Herrera¹
Rodolfo Pragana Moreira²
Tássia Stéfany Lima Bezerra³

Resumo

A Amazônia não foi incorporada a economia brasileira apenas como resposta aos problemas de outras regiões do país, problemas esses inerentes à dinâmica capitalista, sobretudo as mazelas da modernização no Sul e Sudeste e a concentração de terras no Nordeste, mas sim como mecanismo para garantir a expansão das empresas nacionais e internacionais. Após várias décadas de ocupação da chamada “fronteira agrícola”, tem-se hoje uma região que padece dos problemas de desequilíbrios regionais. Nesse sentido, a dinâmica capitalista impõe mudanças em sua forma de penetração do capital subordinando cada vez mais a sociedade e o meio ambiente em detrimento do lucro. O presente texto tem o objetivo de provocar, chamar a atenção, para o movimento de expansão do capital no espaço brasileiro em geral, e em específico no contexto amazônico.

Palavras-chave: Amazônia; Desequilíbrios Regionais; Capitalismo; Recursos Naturais; Exploração

Recebimento: 10/5/2013 • Aceite: 14/11/2014

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Professor/pesquisador Universidade Federal do Pará / Campus Universitário de Altamira, Pará, Brasil. E-mail: herrera@ufpa.br

² Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Estudo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia, Pará, Brasil. E-mail: roo.p-cb@live.com

³ Bacharel em ENGENHARIA AGRONÔMICA pela Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica no Grupo de Estudo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia, Pará, Brasil. E-mail: agrotassia@hotmail.com

THE AMAZON: EXPANSION OF CAPITAL AND APPROPRIATION OF NATURAL RESOURCES

Abstract

The Amazon was not only incorporated into the Brazilian economy as a response to the problems of other regions of the country, these problems inherent to capitalist dynamics, especially the ills of modernization in the South and Southeast and the concentration of land in the Northeast, but rather as a mechanism to ensure the expansion of national and international companies. After decades of occupation of the "agricultural frontier", has today become a region that suffers from the problem of regional disparities. In this sense, the capitalist dynamics imposes changes in its penetration of capital increasingly subordinating society and the environment at the expense of profits. This paper aims to provoke, to call attention to the movement of capital expansion in the Brazilian space in general and in specific in the Amazon region.

Keywords: Amazon; Regional Disparities; Capitalism; Natural Resources Exploitation

Introdução

A Amazônia, cada vez mais ganha destaque no cenário nacional e internacional, muito em função das ações dos movimentos sociais e ambientalistas, as quais têm exposto argumentações e provocado debates contrários às formas de ocupação e uso desse território, principalmente em relação ao descaso com as populações tradicionais e o desmatamento da floresta.

Essas ações, no entanto, são em geral atreladas às questões pontuais do contexto amazônico e, assim, normalmente não aprofundam o debate no sentido de compreender de fato o mecanismo adotado pelo capitalismo ao aproximar, envolver e por fim empregar os sujeitos e se fazer detentor dos meios de produção.

Importante frisar que o capitalismo não é nivelador das desigualdades, pelo contrário, o processo homogeneizador (relações mercantis) cria e recria estruturas heterogêneas e desiguais em seu movimento, como cita (Brandão, 2007), difundindo a lógica de multiplicação do valor de uso na busca do enriquecimento absoluto.

Notadamente que a Amazônia sempre foi vista como espaço de expansão do capital, a exemplo disso, os acordos de exploração de seringa e abertura das rodovias, no entanto, o movimento capitalista mais recente apoiado na lógica de natureza mercadoria tem se apropriado dos espaços por meios de conglomerados econômicos nacionais e internacionais. Picoli chama atenção para o período de 1964 até 1985, destacando.

O objetivo maior era tornar a Amazônia integrada ao mercado mundial e fazer o aproveitamento do grande potencial natural existente, através das concessões do Estado aos detentores do poder econômico (PICOLI, 2006, p. 39).

Com esse modelo de “intregação” e não de integração, a Amazônia brasileira tem instituída a expansão capitalista em detrimento as dinâmicas locais, transformando a região em área de livre acesso ao capital mundial. Segundo Picoli (2006), essa forma de capital criou uma nova formação de trabalhadores, os quais são transformados de expropriados a marginalizados, de marginalizados a explorados, de explorados a superexplorados. Essa dinâmica é formulada apurando o processo de mais-valia, como mecanismo de transferência de estratégias do capital de centro para o capital periférico.

Com o objetivo de compreender esse processo de expansão do capitalismo na Amazônia o presente artigo está organizado em três seções além desta nota introdutória. Na seção subsequente, procurou-se analisar o Brasil e a origem dos problemas regionais destacando as principais características do processo de (Sub)desenvolvimento capitalista no país. Em seguida apresenta-se a Amazônia como lócus de valorização do capital, evidenciando suas particularidades. E, por fim são apresentadas algumas observações, não para concluir, mas para provocar o pensar sobre questões trabalhadas no escopo deste texto. Afinal, o presente texto representa o marco para o grupo de estudo que tem buscado em suas ações interpretar os problemas ocasionados à Amazônia em função da expansão capitalista no território, de modo que se propõe neste ensaio delimitar o referencial teórico e explicitar as primeiras impressões no exercício de pesquisa.

Características de um país com crescentes desequilíbrios regionais

Ao verificar os problemas regionais brasileiros se faz necessário considerar a conformação socioeconômica do país, que de acordo com Furtado (1987), foi engendrada pelo sistema de divisão internacional do trabalho, consolidando o subdesenvolvimento. Na divisão internacional do trabalho, coube aos países periféricos à produção de matérias-primas e alimentos que retroalimentavam o processo de acumulação das economias centrais, tornando, desde já, as economias periféricas dependentes da lógica de acúmulo do centro capitalista. Conforme destacou Moore Junior (1967), o fato de os países periféricos dependerem econômica e politicamente dos países centrais significa que as causas decisivas de sua política residem fora das suas fronteiras. Significa ainda que os seus problemas políticos e econômicos não são efetivamente comparáveis aos dos países desenvolvidos, sendo que estes devem pensar seus problemas a partir das suas próprias especificidades.

Assim sendo, há a conformação de um sistema capitalista com rupturas e fraturas evidentes. A heterogeneidade estrutural e a especialização produtiva são sintomas agudos das economias periféricas, conformando o seu subdesenvolvimento.

Para Furtado (2002), o subdesenvolvimento nunca foi uma etapa do processo de formação do capitalismo. Na verdade está presente no seu próprio desenvolvimento e se aprofunda nas economias que carregam esta má formação congênita em sua trajetória “capitalista”. Nesse caso, Furtado (1978) destaca, como de fato

ocorreu, que o Brasil se insere no cenário mundial como fruto da expansão das sociedades capitalistas avançadas, a ponto de ser o único país da América concebido pelo capitalismo comercial sob a forma de grande empresa agrícola.

Nesse sentido Cano (2000), destaca o fato de que as especificidades do país, enquanto colônia se remete à inserção internacional precária e condicionada pela extração e apropriação do excedente produzido por parte da metrópole. O autor ainda chama atenção, sobre nossa inserção no século XIX, dita “independente”, mas subordinada ao comércio internacional e interesses do imperialismo, o que configura nossa infraestrutura, mercado de trabalho, distribuição de renda e até mesmo o próprio papel do Estado.

A circunstância de atrelamento internacional tem sua origem de maneira significativa no comportamento das elites tradicionais brasileiras que sempre compilaram comportamentos e costumes das sociedades de elevado nível de desenvolvimento, implicando de tal modo uma forte propensão ao endividamento externo e a concentração social da renda para fazer face ao padrão de consumo mencionado (Furtado, 2002). A tentativa de reprodução do padrão de consumo das elites dos países centrais constitui fator providencial no que tange à concentração de renda e seu conseqüente aprofundamento, levando a uma “metástase” do subdesenvolvimento. Tal característica se faz presente em todo território brasileiro, sem distinção de regiões.

É importante retomar a teoria de Furtado destacada por Cano (2002) ao considerar que as desigualdades regionais perpetuadas pelas elites, têm sua moldura na formação econômica do país pautada na agricultura itinerante, que aos poucos conforma economias distintas ao longo do país, sendo que São Paulo, em função do complexo cafeeiro, vai intensificando as relações mercantis e consolidando uma fronteira móvel (indução da ferrovia), também se consolidando com a incorporação de novas terras, mão de obra, infraestrutura, o que proporcionou maiores níveis de produtividade, diversificando a estrutura produtiva e garantindo uma urbanização na região.

O Nordeste teve seu processo de “desenvolvimento” econômico pautado na herança do complexo açucareiro, ou seja, na vasta concentração de terra e nas oligarquias regionais como frente da dinâmica que outrora era estabelecida, a qual reproduzia acumulação por parte da minoria em detrimento dos problemas sociais, inclusive de necessidades básicas por parte da maioria da população, agravado pela seca, conformando assim, nitidamente, uma estrutura de dominação social.

No caso da região Norte há concordância de que esta resulta da expansão da fronteira como “colchão social”, amortecedor dos impactos e problemas sociais que ocorria nas demais regiões do país, com o processo de modernização do Sul e Sudeste, sobretudo, em função da necessidade de conter a crise da população nordestina (durantes as graves secas, muitos nordestinos migraram para a região norte), sendo estimulada a migração inter-regional.

Cano (2007) destaca que a colonização do Centro-Oeste e da Amazônia subsidiou a vazão ocupacional para grande parte do “excedente populacional” do país, principalmente do Nordeste. Importante frisar que Cano (2002), considera que essa dinâmica de dilatação da fronteira agrícola reproduz o padrão de concentração da propriedade, da renda e do poder, o que se faz mantendo a estrutura das relações sociais predominantes, logo a marginalidade social.

Essa circunstância é verificada de maneira histórica na região amazônica. Um exemplo dessa estrutura é destacado por Brandão, ao mencionar que na Amazônia,

A expansão da extração da borracha, baseada na economia do aviação, gerou ponderável excedente, sobretudo entre 1890 e 1920, mas teve dificuldades de retê-lo e assim diferenciar sua economia, constituindo um complexo econômico sólido. O capital comercial atravessador dos inúmeros produtores independentes pulverizou-se em aplicações que não se dirigiam para sua metamorfose em capital produtivo (BRANDÃO, 2007, p.106).

O autor chama atenção nesse trecho de sua obra para tentativa de consolidação de complexos regionais decorrentes de suas experiências em contraposição ao complexo cafeeiro paulista.

Outro fator importante destacado por Cano (2008) é o fato de que, desde a década de 1930, a acumulação de capital sob a égide do estado de São Paulo estava integrando o mercado nacional, conformando, portanto uma complementaridade inter-regional, ajustada às necessidades ditadas pela acumulação daquele centro dominante.

Entende-se e assim considera-se que essa dinâmica se estende para as demais fronteiras regionais do país, uma vez que São Paulo acaba por dinamizar, com incentivos resultantes da implantação da indústria moderna nas regiões Nordeste e Norte, com cerca de 50% dos

investimentos nessas regiões entre 1968-72, quando os capitais locais atingiram menos de 1% do total.

Assim, o Brasil foi se consolidando com a dispersão produtiva e ocupacional pelas diferentes regiões sem medidas adequadas para considerar as potencialidades locais concatenadas com a dinâmica nacional, havendo a sobreposição ou descolamento das lógicas. Neste sentido, Herrera; Miranda Neto; Moreira (2013, p. 20) afirmam que “O Brasil tem sua formação econômica e social estabelecida por imposições capitalistas que acarretam desigualdades socioterritoriais no interior [...], com integração dependente de novas regiões à dinâmica econômica nacional, esta determinada pelas regiões centrais”.

Ocorre, na verdade, no país a soldagem de interesses de diversas frações mais modernas do capital com a persistência e até o aprofundamento das relações de dominação de antigas formas do capital mercantil conforme destaca Brandão (2007). Para tanto, ao discutir os problemas regionais do Brasil, é preciso explicitar que muito se tentou fazer para mitigar as desigualdades, havendo inclusive, por determinado período, o inchaço de instituições financeiras e diferentes planos de incentivos federais, estaduais e municipais.

Sobre esse aspecto não se pode deixar de frisar a crítica feita por Cano (2007) ao considerar que a questão está, de modo geral, conectada à quase ausência de coordenação nacional e ainda que a multiplicidade de “programas especiais”, regionalizados, contribuiu para a pulverização de recursos, diminuindo substancialmente a capacidade de ação no sentido de retração dos desequilíbrios regionais. O avanço desmedido se dá na maioria dos casos, de forma espúria e predatória.

Ao destacar no escopo do texto a expansão do capitalismo na Amazônia é potencial entender que tal análise coaduna com uma interpretação histórica que os referidos autores têm como resultante do processo inerentemente vinculado à heterogeneidade estrutural do subdesenvolvimento.

Assim, considera-se que a inserção da Amazônia, e mais, as tentativas de manutenção da dinâmica econômica dessa região e sua integração mediante adoção de políticas *ad hoc* foram ineficientes, mais do que isso, foram estimuladoras para o que Harvey (2005) considera como práticas imperialistas, ou seja, a exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se das assimetrias, expressando trocas não-leais

e desiguais em práticas extorsivas vinculadas ao fluxo de capital restrito e a extração de rendas monopolistas.

Desse modo, faz-se importante destacar a reflexão feita por Costa.

O momento amazônico da “fúria modernizadora” da ditadura, a política regional subordinada à modernização da agricultura nacional, conduzida pelo Estado de exceção resultante do golpe de 1964, apresenta uma característica principal: a centralidade na grande empresa, aquém é dada a preferência no processo de desenvolvimento agropecuário regional (COSTA, 2000, p. 52).

Uma interpretação sobre apropriação dos recursos naturais na Amazônia

A Amazônia brasileira, durante muito tempo foi considerada como região homogênea, com a percepção de que a floresta tropical era um espaço físico a ser explorado e ocupado, como aconteceu com as demais regiões do país (MI/MMA, 2003).

Desse modo, Herrera; Miranda Neto; Moreira (2012) problematizam acerca da imagem de região como um grande atraso estrutural, configurado por vazios demográficos e econômicos, e que a partir dessa ideia, muitos desconsideram a realidade social existente para atender a interesses exógenos de exploração dos recursos naturais.

É sob essa égide que é construída a multiplicidade das desigualdades na região. Apreender a relação entre a exploração dos recursos naturais e a expansão da fronteira agrícola subsidiada por interesses internacionais é basilar à leitura-interpretação do texto, tendo como mote a compreensão das dinâmicas e da expansão capitalista na Amazônia e as adversidades ocasionadas por essas relações.

Nesse sentido parte-se da assertiva de Picoli (2006), que problematiza acerca da ocupação da última fronteira brasileira e afirma que tal projeto não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas do Sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída, mas sim, para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais.

A abundância de recursos e as distintas formas exploratórias que historicamente foram adotadas na região são características que favorecem a exploração desequilibrada que serviram para aumentar a expropriação dos camponeses e aguçar o confronto entre as lógicas de produção coexistente na Amazônia. De modo que Hebéte afirma:

O grande capital penetrou nas áreas indígenas, cortou as reservas, lavrou o subsolo, alagou aldeias; a cultura tradicional dos índios foi ferida, a sua liberdade ancestral ameaçada. O latifúndio engole as roças, mas o camponês resiste á expulsão, recusa a proletarianização, luta contra o cativo e defende sua autonomia (HEBÉTTE, 1991, p. 7- 8).

É notório que devido aos conflitos de interesses, sobretudo, a posse da terra, faz com que se acirrem as disputas entre camponeses e capitalistas. Essa disputa é subsidiada por duas distintas lógicas de ter a terra como posse, pois, o camponês tem a terra como sua à medida que faz produzir, ou seja, seu trabalho é que garante o direito de posse, já no caso dos capitalistas não existe a necessidade de produção para que lhe seja garantido o direito de posse, uma vez que, tem a terra como mercadoria que imobiliza capital, sendo assim, mais uma forma especulativa do que produtiva do capital.

Wanderley (1985) compreende que tal disputa favorece ao capitalista devido ao fato de os camponeses não possuírem estruturas organizativas e reivindicatórias suficientes para se sustentarem no confronto, acabando na maioria das vezes como trabalhadores para o capital. Além disso, os capitalistas sempre foram incentivados pelo Estado a estarem na Amazônia.

Os pesados subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado às grandes empresas abriram o campo ao investimento capitalista, protegeram e reafirmaram a renda da terra e a especulação imobiliária, incluíram a grande propriedade fundiária num projeto de desenvolvimento capitalista que tenta organizar, contraditoriamente, uma sociedade moderna sobre uma economia rentista e exportadora. (MARTINS,1989, p. 85).

Com o tempo a Amazônia passa a ser palco não apenas de disputa entre camponeses e capitalistas, mas sim um território de confronto entre capitalistas, isso por perceberem o momento da natureza mercadoria, onde a terra tem especificidades frente às demais mercadorias.

Moreira (2007) destaca que a terra tem sua especificidade devido à flexibilidade no uso, de maneira que seu valor de troca não está associado a um só produto como ocorre em geral com o estoque de capital produtivo, nesse sentido o autor destaca.

Um estoque de terras, apesar da rigidez de localização, apresenta, no entanto, uma possibilidade de uso bastante flexível que pode incorporar vários valores de uso. A flexibilidade na utilização das terras envolve, não só uma flexibilidade na produção de diversas mercadorias agropecuárias, mas, também, uma flexibilidade de utilização não propriamente agrícola: usos urbanos, mineração, energia, elétrica, lazer, turismo e, futuramente, está sendo considerada a fonte de biodiversidade; seja o que isto venha a significar (MOREIRA, 2007, p. 48-49).

Nesse sentido, afirma-se que, a imobilização do capital em terras, produtivas ou improdutivas, significa a territorialização do capital, onde a terra passa a funcionar como reserva de valor, sendo valorizada no presente pelo excedente econômico gerado e no futuro como garantia de acesso a novas potencialidades e usos por meio do avanço do conhecimento, novas tecnologias e até mesmo pela formação de expectativas.

A transformação da terra a partir das relações no e pelo capital é sem dúvida uma das mais perversas mazelas do capitalismo, pois no momento em que a terra deixa de ter seu valor social e passa a ter valor de mercadoria a desestruturação social é algo marcante, ocorrendo a expropriação de inúmeras famílias. A terra que foi um dia bem social se transforma no principal meio do capital “esfolar” o trabalhador, devido ao excedente de força de trabalho, garantindo a baixo custo a mais-valia desejada.

Prado Junior (1966) citado por Wanderley (1985) ao analisar a situação do trabalhador livre acabou comparando-o com o escravo, uma vez que são submetidos à atividade produtiva sob a direção do proprietário.

O trabalhador livre de hoje se encontra, tanto quanto seu antecessor escravo, inteiramente submetido na sua atividade produtiva à direção do proprietário que é o verdadeiro e único ocupante propriamente da terra e empresário da produção, na qual o trabalhador não figura, senão como força de trabalho a serviço do proprietário, e não se liga a ela, senão por esse esforço que cede a seu empregador (WANDERLEY, 1985, p. 15).

A análise feita por Prado Junior diz respeito à transformação que o camponês sofre com a expansão do capitalismo no campo, para o autor, na configuração exposta anteriormente, o camponês é forçado a abandonar seu modo de vida original, logo a palavra camponês perde a acepção própria construída ao longo da história.

Para Chesnais e Serfatti (2003), a expansão da economia capitalista tem gerado um desnível econômico entre grupos sociais, tanto em termos de riqueza quanto de poder, criando vetores importantes de pressão sobre as políticas econômicas e ambientais em todas as partes do mundo.

Outro fator presente na expansão do capitalismo na Amazônia é a frenética alteração do sistema de exploração, que substitui os modelos tradicionais de exploração para engendrar um sistema econômico, globalizado, pautado na modernização e com sua forma de produção e organização do trabalho. A exploração dos recursos naturais passa ser feita de forma mais intensa, provocando a escassez de certos recursos e ameaçando estabilidade ecológica.

A política de globalização da Amazônia é a nova forma de inserção da região no mercado mundial, em sucessão a política de integração nacional (1960-1990). Pretende transformar a Amazônia na principal região produtora e exportadora de produtos primários (HEBÉTTE, 2004).

Onde se retirava uma árvore, passaram a retirar centenas. Essa diferença é determinante para a degradação do meio onde se insere o homem. A utilização intensiva dos recursos naturais ameaça sistemas inteiros de vida vegetal e animal que são tirados de seu equilíbrio. A riqueza, gerada numa dinâmica econômica que propicia a concentração de renda, além de impor o crescimento da miséria e da

fome nas classes sociais que ficam à margem de tais processos, estabelecem o esgotamento dos solos, a extinção de algumas espécies, e o aumento dos conflitos sociais.

A fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida de grande parte da população brasileira são fatores que estão fortemente relacionados ao sistema econômico atual e suas implicações socioambientais. Bem destacaram Chesnais e Serfati (2003), neste sistema (capitalista) a desigualdade e a contradição são características principais e sua essência está na reprodução ampliada do capital e na acumulação de riqueza de alguns em detrimento da maioria.

No sistema econômico capitalista, a natureza como fornecedora de matéria-prima, torna-se essencial e para isso não basta deter os meios de produção, também se faz necessário apropriar-se do meio natural. As riquezas naturais, antes abundantes, tornam-se objeto de valor, capaz de provocar guerras e conflitos e gerar mecanismos de dominação de classes e a subordinação de muitos países e suas nações.

A crise ambiental torna-se, portanto uma crise civilizatória, criando um desnível econômico entre grupos sociais diferentes. Porém, toda a crise ambiental gerada pelo capitalismo não põe em risco o próprio sistema capitalista e seus meios de reprodução e de funcionamento; mesmo pondo em perigo as condições de vida e a própria existência de certos grupos sociais, o sistema capitalista não coloca diretamente em perigo as condições de sua dominação, ao contrário, lhe fornecem novas possibilidades e novos meios de acumulação de riquezas. A exemplo disso podemos citar a possível escassez de água potável no planeta, o que faz com que algumas nações se voltem para Amazônia que possui a maior biodiversidade e o maior potencial hídrico do mundo (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

Os autores, Chesnais e Serfati (2003) consideram que a capitalização da natureza, diferente do que já foi exposto aqui, não exprime sua transformação em mercadoria, mas sim, cria aos proprietários desse capital um novo campo de acumulação de riqueza que se alimenta da destruição acelerada dos recursos naturais. Dessa forma, a crise ambiental, toma dimensão global, uma vez que com as práticas atuais, o meio ambiente está sendo usado em excesso e a estabilidade dos sistemas de sustentação da vida está ameaçada.

Assim, para o atual sistema econômico, o meio ambiente é o lugar de onde se extrai os recursos e para onde se envia os dejetos da produção e do consumo, de modo que o crescimento da economia tradicional implica na maximização dos lucros individuais e na socialização dos problemas ecológicos e sociais.

No caso específico da Amazônia a apropriação dos recursos naturais é drasticamente agravada, pois tem sua história pautada no uso dos recursos naturais, ausência de políticas coerentes e direcionadas à realidade, sobremaneira devido à imposição por parte dos capitalistas que se anunciam responsáveis pela dinamização regional.

Os pecuaristas e madeireiros, por exemplo, sempre se impuseram como os dinamizadores do desenvolvimento regional, logo, quando questionados por suas práticas recorriam ao fato de estarem gerando renda e emprego, apesar de se apoiarem nas dinâmicas de comunidade locais que ficam a mercê da intervenção dos governos. Um caso emblemático é a prática da extração madeireira em troca da abertura de estradas, construção de reservatórios de água (açudes) para as propriedades particulares e comunidades.

Entendendo essa relação como aviamento, deve-se considerar que esse tipo de prática é estabelecido na aquisição de diferentes produtos. Dessa forma, o mercado na Amazônia foi se consolidando sem regras e se estabelecendo mediante a necessidade de um grupo (populações locais) e a oportunidade para outros (empreendedores e especuladores de outras regiões).

Atravessada a história de ocupação da região, que em muito foi estimulada pelo Estado na década de 1970, mantiveram-se as relações arcaicas e a dominação da minoria que concentrava recursos financeiros capazes de empreender a transformação dos recursos naturais em capital. O que permite concordar com Chesnais e Serfati (2003) quando afirmam que estamos diante de mecanismos e de políticas conscientes de reprodução de uma dominação social mundializada.

Nesta dinâmica que se insere a Amazônia no cenário da economia nacional, de maneira que ao expandir o capitalismo se estabelecem mecanismos de geração de lucros facilitados pela utilização predatória dos recursos naturais, e o que é pior, sucumbindo a essa lógica as populações tradicionais e os migrantes, que sem condições de reproduzir práticas mais sustentadas são incorporados à lógica de reprodução do menor esforço.

É evidente que o capital acumulado na forma da exploração da madeira, pecuária, especulação da terra como reserva de valor e até a dinâmica que os pequenos agricultores têm reproduzido, agricultura itinerante, vão gerar imenso impacto ambiental na região que conseqüentemente provoca a vulnerabilidade social.

O MI/MMA (2003) afirma que a diversidade encontrada na Amazônia está na base de diversos conflitos, uma vez que as atividades

produtivas e de subsistência apresentam certo grau de antagonismo, dado que competem pelos mesmos recursos naturais, humanos, sociais, de infraestrutura e institucionais.

Fato explicitado para a Amazônia brasileira é que seu desempenho econômico e o considerado desenvolvimento regional são historicamente subsidiados em grande parte pela exploração predatória dos recursos naturais. O agravante é que a grande parte dos resultados econômicos e benefícios gerados são capitalizados fora da região, sendo internalizado apenas o necessário para manutenção das atividades. Isso se dá, pois a força motriz dessa dinâmica normalmente foi o capital externo à região, assim como os centros decisórios não dependiam de muito para continuar alavancando recursos e fazendo girar o capital. Como apresentado na tabela-1 fica para região o ônus do desmatamento, ressaltando os problemas sociais.

Tabela 1: Taxa de desmatamento para período 2000-2007

Taxa de desmatamento anual em km²								
Estados/Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Acre	547	419	883	1078	728	592	398	184
Amazonas	612	634	885	1558	1232	775	788	610
Amapá	0	7	0	25	46	33	30	39
Pará	6671	5237	7324	6996	8521	5731	5505	5425
Rondônia	2465	2673	3099	3597	3858	3244	2049	1611
Roraima	253	345	84	439	311	133	231	309
Tocantins	244	189	212	156	158	271	124	63
Região Norte	10792	9504	12487	13849	14854	10779	9125	8241
Maranhão	1065	958	1014	993	755	922	651	613
Mato Grosso	6369	7703	7892	10405	11814	7145	4333	2678
Amazônia Legal	18226	18165	21394	25247	27423	18846	14109	11532

Fonte: INPE/PRODES (2008).

Adaptação dos autores.

De acordo os dados destacados na tabela, pode-se verificar que a maioria dos estados tem suas taxas crescentes de desmatamento entre os anos de 2000 a 2004, chegando à área de 14.854 km² em 2004 na região Norte, ano que foi fortemente constatado o desflorestamento no estado do Pará (8.521km²) maior contribuinte para a totalidade da área na Região Norte e no estado do Mato Grosso (11.814 km²) responsável sozinho por aproximadamente 43,1% do desmatamento da Amazônia Legal.

É notória a diminuição nas taxas de desmatamento a partir do ano de 2004, no entanto, esse ano tem uma característica particular na evolução do desmatamento, pois se configurou a tentativa de

negociações entre pequenos agricultores e empresários madeireiros de alguns estados, sendo as rodadas de negociações intermediadas por pessoas dos governos locais e por alguns representantes dos movimentos sociais.

As rodadas de negociações, denominadas “Safral Legal”, tiveram forte dinâmica no estado Pará, que apresenta alto índice de desmatamento. Na prática, o que acontecia, os agricultores familiares eram convidados a fornecer às empresas madeireiras as madeiras de suas áreas de roças (que deveriam ter por lei no máximo 3ha por ano). Em troca os agricultores, além de serem beneficiados por um irrisório pagamento em dinheiro pela madeira em pé, receberiam benfeitorias realizadas pelos empresários nas propriedades particulares ou em comunidades.

O “Safral Legal” teve sua primeira denúncia com repercussão nacional apenas um ano depois, quando a matéria foi publicada pela revista “Veja” em 15 de junho de 2005, e se organizavam para mais uma safra. Tal fato desencadeou a CPI da Biopirataria, pois segundo o relator, foram serrados ilegalmente 220 mil metros cúbicos de madeira como moeda para as campanhas dos políticos locais do Partido dos Trabalhadores (Eco Amazônia, 2006).

Após o escândalo, com a determinação do arco do desmatamento e a tentativa de mitigar os problemas com maior fiscalização e a intervenção governamental, com a criação das Unidades de Conservação, registra-se retração nos números do desflorestamento. Como pode ser observado na tabela-2, há uma variação relativa do desmatamento para o intervalo de 2000 a 2007.

Tabela 2: Variação relativa do desmatamento (2000-2007)

Varição Relativa do Desmatamento							
Estados	2000-01	2001-02	2002-03	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07
Acre	-23	111	22	-32	-19	-33	-54
Amazonas	4	40	0	-21	-37	2	-23
Amapá	0	0	0	0	-28	-9	30
Pará	-21	40	-4	22	-33	-4	-1
Rondônia	8	16	16	7	-16	-37	-21
Roraima	36	-76	420	-29	-57	74	34
Tocantins	-23	12	-26	1	72	-54	-49

Fonte: INPE/PRODES (2008).

Adaptação dos autores.

Como visto na tabela, com exceção do estado de Roraima que apresentou variação crescente para os intervalos 2005-06 e 2006-07,

todos os demais estados esboçaram variações negativas, fato que se interpreta positivamente, porém a taxa de desmatamento ainda se fez elevada para a totalidade da região Norte, continuamente pela força do desflorestamento do Pará (5425 km²) maior, inclusive, que o próprio Mato Grosso (2678 km²), contribuinte histórico para o desmatamento da região da Amazônia legal.

A intensificação desse desmatamento ao longo dos anos, o uso impróprio dos recursos, retenção de terras e o “esfolamento” de trabalhadores são consequências de disputas e ao mesmo tempo de arranjos entre capitalistas. Caracteriza um território onde os distintos capitais confabulam e dinamizam a exploração, tomando os diferentes espaços e se aproveitando das relações pré-capitalistas que ainda perduram na Amazônia.

A Amazônia é o retrato da expansão de capitais, tendo como objetivo maior a formação da concentração individual. Os recursos naturais, tanto florestais quanto minerais e os projetos agropecuários, servem de alavanca para empresas capitalistas se instalarem nessa vasta região, sempre com a finalidade de agregar valor aos produtos e acumular riqueza. A região, ao abrir-se ao mercado de grandes capitais internacionais, automaticamente fecha-se ao mercado interno de pequenos capitais e à população brasileira de forma geral. Internamente, a Amazônia faz parte do mercado mundial e se enquadra na lógica do capital expansionista para acumulação (PICOLI, 2006, P 51).

Ao discutir sobre o uso dos recursos naturais, em especial a floresta, Loureiro (2009, p. 94) enfatiza que apenas os problemas, as consequências, ficam com a sociedade desfavorecida e afirma ainda que não é essa categoria (desfavorecida) a responsável pelo desmatamento. A autora assume, “os problemas são socializados, não os ganhos”. E mais “[...] não há, portanto, qualquer relação causal direta entre o desmatamento e a pobreza na Amazônia ou ainda, desmatamento e melhoria da vida social. O que é evidente é a relação desmatamento *versus* concentração de renda e danos ambientais”.

Observações finais

A Amazônia caracteriza para expansão capitalista um lócus de acumulação primitiva, onde o capital forâneo tem possibilidades de rendas estratosféricas, via super exploração da força de trabalho (abundante), via exploração predatória dos recursos naturais, etc. Nesse caso, a Amazônia é um exemplo prático do que Fiori (1990) chamou de “fuga para frente”. Nesta situação, em que há trabalho e recursos naturais abundantes com elevada taxa de rentabilidade, o capital se recusa a delinear seu raio e profundidade de ação, o que torna o sistema ainda mais perverso.

Ocorrem na Amazônia atitudes deliberadas para que o capital se aproprie das condições desiguais como catalisador da sua reprodução. Há ainda tentativas de intervenções governamentais, mas essas são pautadas nos padrões das demais regiões, quais sejam: produtividade, competitividade, inserção no mercado externo o que acaba por homogeneizar as estratégias de desenvolvimento desconsiderando as especificidades, tratando de maneira igual os desiguais.

Notadamente, cabe para não concluir, fazer referência ao “O Capital”, em que Marx provoca acerca de que a produção capitalista só desenvolve a técnica, esgotando as duas fontes das quais jorram riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, livro I, última seção do cap. XV). Chama-se atenção no sentido de enfatizar o contínuo esforço de expansão dos capitalistas, e que assim sendo, a Amazônia continuará um território de intensas tentativas de progresso, adequando a arte de explorar o trabalhador, de deparar o solo, bem como os produtos florestais, tudo isso com formas cada vez mais esdrúxulas e em busca do lucro.

Sobretudo se os Governos continuarem apostando na parceria Estado e Capital com estratégia para ações desenvolvimentistas. Segundo Loureiro (2009), “a aliança dos Governos com os grandes capitais propiciaram sem cessar a produção e reprodução da desigualdade e exclusão social das camadas desfavorecidas, deixando não só muitos sujeitos de fora dos benefícios concedidos como também perderam suas terras e o próprio modo de vida”.

Para Loureiro (2009), a intervenção da política nacional na Amazônia representa um equívoco quanto ao desenvolvimento pensado para região. A autora faz a afirmação referindo-se às ilusões da era do desenvolvimento e na necessidade de se pautar que a real possibilidade de desenvolvimento deva respaldar as dinâmicas locais da Amazônia.

No mesmo sentido, Moreira e Herrera (2013, p. 1316) afirmam.

As diversas espacialidades e as estruturas político-econômicas vividas na fronteira, estruturam um território em conflito, a partir da composição segmentada da sociedade se configura uma extrema heterogeneidade, favorecendo a apropriação e espoliação de parte da sociedade em função da disputa pelo e do poder. Notadamente, são as contradições neste processo de formação, mais especificamente as relações sociais anacrônicas mantidas e as interações importadas no território, que objetivam a expansão econômica e domínio territorial a partir de lucros facilitados.

Portanto, para não concluir, mas para provocar novas reflexões, assume-se a máxima de que a gestão do território feita de fora não permitirá o desenvolvimento da região, pelo contrário, a Amazônia continuará vivenciando os problemas sociais à medida que cada vez mais se expande a dinâmica capitalista, favorecendo-se das adversidades regionais para a acumulação do capital e se valendo da apropriação dos recursos naturais na obtenção de lucros facilitados.

Referências

BRANDÃO, C. A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. Campinas: Teses/UNICAMP. 2004. 199 p.

_____. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2007. 238 p.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP. 2000. 582 p.

_____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP/Inst. Econ-Fecamp. 2002. 148 p.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP. 2007. 384 p.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas: UNICAMP. IE. 1998. 322 p.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. 3. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP. 2008. 294 p.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, n. 16, p. 39-75, Campinas: Editora Boitempo, 2003.

FIORI, J. L. Sonhos Prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 41-61, 1990.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 122 p.

_____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra. 2002. 101 p.

_____. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983. (Coleção estudos brasileiros, v. 54).

_____. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 289 p.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edição Loyola, 2004. 201 p.

HEBETTE, Jean. (Org.). **O cerco está se fechando**. Belém: UFPAFASE, 1991. 347 p.

HERRERA, J. A.; MIRANDA NETO, J. Q.; MOREIRA, R. P. Transformações do território em área de fronteira de acumulação: interpretações a partir de evidências no microterritório de Altamira – Pará. In: II Seminário Internacional sobre as Microterritorialidades nas cidades. Presidente Prudente, **Anais** 2012, p. 504-521.

HERRERA, J. A.; MIRANDA NETO, J. Q.; MOREIRA, R. P. Integração e estruturação do território amazônico como consequência da expansão capitalista no Brasil. **Boletim de Geografia**. Maringá, v. 31, n. 2, p. 19-36, maio/ago. 2013.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Caracterização e tendência da rede urbana no Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana**. Brasília: IPEA. 2001.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro. 2009. 279 p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 929 p.

MI/MMA. **Plano Amazônia Sustentável – PAS: Diagnóstico e Estratégia**. v. 1. MI/MMA. Brasília. 2004.

MOORE Jr., B. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1975 (tradução do inglês). 632 p.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360 p.

MOREIRA, Rodolfo. P.; HERRERA, J. A. A expansão do capital por grandes projetos: desafios ao ordenamento do território no município de Altamira-Pará. **Revista GeoNorte**. Ed. Especial 3, v. 7, n. 1, p. 1315-1330, 2013.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 256 p.